

História, Teoria das Relações Internacionais e Histórias das Relações Internacionais: uma reflexão epistemológica

Nuno Severiano Teixeira*

Comunicação apresentada no Colóquio As Relações Internacionais, realizado em Lisboa de 12 a 13 de fevereiro de 1997.

Da história diplomática à história das relações internacionais vai um longo e nem sempre linear percurso historiográfico que constitui um novo campo de saber. Mais do que um balanço sobre os autores, as obras ou os debates teóricos que foram construindo esse novo campo historiográfico, o objetivo deste texto é a tentativa de uma reflexão epistemológica que procura traçar a evolução e caracterizar os paradigmas da história diplomática e da história das relações internacionais a partir do cruzamento de dois campos teóricos que lhe são indissociáveis: a historiografia e a teoria das relações internacionais. Uma arqueologia simples dos discursos teórico e historiográfico sobre o fenômeno internacional registra e revela três níveis distintos a que correspondem, igualmente, três momentos diferentes: o da história diplomática; o da crise da história diplomática; e o da história das relações internacionais.

A HISTÓRIA DIPLOMÁTICA E O PARADIGMA DA HISTÓRIA TRADICIONAL

Desde a construção dos Estados modernos e, sobretudo, desde a emergência dos nacionalismos do século XIX até as primeiras décadas do século XX, o Estado e a relação entre os Estados constituíram o tecido fundamental do discurso histórico e ocuparam lugar privilegiado na historiografia ocidental. Não é por acaso que as historiografias se estruturaram e desenvolveram num quadro estritamente nacional e elegeram o Estado-nação e as suas expressões políticas internacionais – na guerra e na paz – como o seu objeto central.

Nos primórdios da historiografia contemporânea, a História em geral e a História diplomática registravam uma homologia nos seus paradigmas. E não só no que respeita aos pressupostos teórico-metodológicos, mas também no que toca à função social da História.

A História era, então, dominada por duas correntes principais – o positivismo de

* Doutor em História Militar. Secretário da Comissão Portuguesa de História Militar.

Comte e Buckle e o idealismo de Rickert e Windelband que, embora divergentes sob ponto de vista epistemológico, participavam de um acordo tácito, pelo qual a grande maioria dos historiadores se ligava, em teoria, à tese idealista, enquanto na prática fundavam o seu método nos pressupostos da teoria positivista. Esse compromisso conferia, assim, uma certa coerência a esse paradigma do discurso histórico que, por comodidade, chamarei tradicional.

Do ponto de vista teórico, a historiografia tradicional partilhava de uma mesma concepção de documento, fato, tempo e sujeito histórico. O documento histórico era necessariamente escrito e determinava uma mesma e única forma metodológica: a crítica textual. No caso da história diplomática, os documentos de chancelaria. O fato histórico era apenas um – o fato único, singular e atomizado, o acontecimento, inevitavelmente de natureza política e, preferencialmente, com projeção externa: as grandes vitórias militares, as conferências de paz, ou assinatura dos grandes tratados internacionais. Também o tempo histórico era apenas um – linear, contínuo e irreversível, justamente o da sucessão desses mesmos grandes acontecimentos. Finalmente, o sujeito histórico, sempre individual e voluntarista, era o protagonista dos grandes acontecimentos – o homem de Estado, o militar ou o diplomata. A História, portanto, não era mais que a sucessão no tempo dos grandes acontecimentos, protagonizados pelas grandes figuras.

O fato político era o fio condutor da História, o Estado o lugar central da mudança histórica e as relações entre os Estados o motor da sua dinâmica.

Porém, essa homologia de paradigmas não se reduz ao campo estritamente epistemológico. Alarga-se, também, à leitura da

função social da História. No quadro dos movimentos nacionalistas que atravessam a Europa da segunda metade do século XIX à Primeira Guerra Mundial, as diferentes historiografias nacionais cumpriam uma função social e política bem precisa, a saber, a legitimação dos Estados nacionais. Pela História passava, então, a construção da genealogia dos Estados e o reforço das identidades nacionais, através da transmissão dos valores e tradições de um povo pelo estudo do seu passado. Nesse passado, a guerra e a paz, a vitória militar e a sua consagração diplomática sob a forma de tratado internacional, o homem de Estado, que não raras vezes se confunde com o general e o diplomata, jogam um papel decisivo – são os pontos referenciais, os marcos da evolução histórica e constituem mesmo, em certos casos, o mito fundador do Estado-nação.¹

A história diplomática e a matriz realista nas relações internacionais

Porém, se existe homologia entre a História diplomática e o paradigma da historiografia tradicional, não deixa de registrar-se alguma identidade entre os pressupostos teóricos dessa mesma história diplomática e a matriz teórica e os corolários práticos da teoria realista clássica das relações internacionais. Em primeiro lugar, na linha de Hobbes, a defesa da diferença ontológica e da oposição essencial entre o Estado de sociedade da ordem interna, fundada pelo contrato social, e o Estado de

¹ Para uma análise mais detalhada dessa problemática veja-se Nuno Severiano Teixeira, *A História Política na Historiografia Contemporânea*, in *Ler História*, n. 13, 1988.

natureza da ordem internacional, ou melhor, a anarquia internacional. Em segundo lugar, na linha de Machiavel, a defesa da razão de Estado, do interesse nacional e, em última instância, da força como o mecanismo único da dinâmica internacional. Desta matriz teórica, decorrem dois pressupostos práticos fundamentais: a centralidade do Político e o monopólio do Estado nas relações internacionais e, conseqüentemente, a redução do campo das relações internacionais às relações políticas entre Estados, ou seja, às relações diplomáticas.²

Partilhando a matriz teórica do realismo que se desenvolve na teoria contemporânea das relações internacionais,³ o modelo da história diplomática poderia sintetizar-se em três pontos: em primeiro lugar, a autonomia total e o primado da política externa sobre a política interna; em segundo lugar, a concepção do Estado como entidade autônoma, unificada e monolítica, agindo e relacionando-se, exclusivamente, no meio externo com outras entidades da mesma natureza; finalmente, a consideração de que a conduta do Estado é baseada, exclusivamente, na *razão de Estado* e esta norteadas pelos princípios de poder, prestígio, segurança e interesse nacional.

Em suma, a história diplomática não só se integra e funda no paradigma da historiografia tradicional, como partilha e se identifica com a matriz teórica do realismo nas

2 Veja-se Ian Clark e Iver Neumann, editores. *Classical Theories of International Relations*, Oxford, 1996; e Torbjørn L. L. Nutsen, *A History of International Relations Theory*. Manchester, 1997.

3 Vejam-se apenas os três autores clássicos: E.H. Carr, *The Twenty Years Crisis 1919-1939*, na *Introduction of International Relations*, Londres, 1939; Hans Morgenthau, *Politics Among Nations*, Nova York, 1953; e Raymond Aron, *Paix et Guerre entre les Nations*, Paris, 1963.

relações internacionais. Desse cruzamento decorrem as suas características fundamentais que poderiam traduzir-se em cinco linhas de força principais. Em primeiro lugar, o campo de análise reduz o objeto às relações políticas bilaterais entre Estados. Em segundo lugar, os pressupostos teóricos que relevam desse compromisso entre a História tradicional e a teoria realista: a autonomia do Político; a centralidade do Estado; o privilégio do sujeito individual e voluntarista que se traduz na atenção sobre o homem de Estado; o primado do Acontecimento; a concepção de um Tempo curto linear e contínuo. Em terceiro lugar, as fontes, que correspondem diretamente à natureza do objeto: exclusivamente, os documentos de chancelaria. Em quarto lugar, o monismo metodológico que decorre do tipo de fontes e que se traduz no método clássico da crítica textual e produz o tradicional discurso histórico de matriz empírico-descritiva. Finalmente, o discurso legitimador e por vezes comemorativo que atravessa toda a historiografia tradicional, a que a velha história diplomática não foge, e que cumpre uma função menos científica que social e política.

A CRISE DA HISTÓRIA DIPLOMÁTICA

A história diplomática e a crise do paradigma tradicional da história

Ora, é contra esse paradigma tradicional da historiografia, fundado sobre o primado do *événementielle*, o primado do Político e da centralidade do Estado, e sobre a função de legitimação política da História, que se afirma o processo de renovação historio-

gráfica que estaria na origem da crise e do abandono da história diplomática. Iniciado pela escola dos *Annales* e desenvolvido numa série de correntes, desde o marxismo ao estruturalismo, passando pela *new economic history*, o processo prolonga-se até à chamada *nova história* que, uma vez paradigma dominante, atravessa hoje, de forma difusa, múltiplos domínios e correntes diversas do campo historiográfico, incluindo a própria história diplomática, que atravessa, ela própria, um processo de renovação, no decorrer do qual evolui e se converte na chamada história das relações internacionais.

Inspirado por um artigo célebre de François Simiand,⁴ o paradigma dos *Annales* assentava sobre a crítica daquilo a que os pais fundadores Marc Bloch e Lucien Febvre chamavam *os três ídolos da tribo dos historiadores*: o político, o individual e o cronológico. Contra o recitativo político-diplomático-militar, procuram uma história económico-social, da qual nascerão uma multiplicidade de novos domínios, da demografia às mentalidades; contra o sujeito individual e o herói, o homem de Estado, uma história total das sociedades; e contra a cronologia do tempo único linear e contínuo, virá Fernand Braudel propor a pluralidade dos tempos históricos. Essa mudança implicava, desde logo, o alargamento do campo da História e a reformulação das suas concepções teóricas e procedimentos metodológicos. Em primeiro lugar, não só o fato – político, o Estado, e as relações entre Estados – é histórico, mas todos os fatos humanos são históricos e, conseqüentemente, dignos de história. Em segundo lugar, o sujeito histórico não é um sujeito individual, não é o

homem de Estado, mas sim as sociedades e os grupos sociais. Finalmente, à História não interessa apenas o acontecimento, interessam também a conjuntura e a estrutura e os tempos que lhe são inerentes, a média e longa duração. A História constitui, a partir de então, um paradigma epistemológico assente na interdisciplinaridade com as ciências sociais, cujos modelos teóricos, métodos e técnicas passou a aplicar ao estudo do passado. Abandona, assim, a lógica tradicional do recitativo para adotar a lógica hipotético-dedutiva das ciências sociais: a descrição do fato atomizado cede o lugar à análise das permanências em busca da explicação científica.⁵ Esse movimento teria sobre o futuro da história diplomática um efeito duplo e profundamente negativo. Por um lado, o alargamento do campo historiográfico deslocava, já por si, o centro de interesse dos historiadores – do objeto tradicional centrado sobre o político e o Estado para a economia, a sociedade, a demografia ou as mentalidades. Por outro lado, o novo paradigma baseado na lógica explicativa das ciências sociais que procura se não leis pelo menos regularidades tendenciais, acaba por afastar definitivamente o primado do político e a centralidade do Estado, lugar por excelência do aleatório e do acontecimento. Estabelece-se, a partir de então, o equívoco entre o *événementielle* e o político, campo supostamente insusceptível de abordagem científica. Assim, o abandono do recitativo – *événementielle* – é acompanhado pelo abandono do político e, conseqüentemente, da história política e diplomática.⁶

5 Veja-se François Furet, *Del'Histoire Récit à l'Histoire Problème* in *L'Atelier de l'Histoire*, Paris, 1982.

6 Sobre esse movimento veja-se o artigo já citado, Nuno Severiano Teixeira, *A História Política na Historiografia Contemporânea*, in *Ler História*, n. 13, 1988.

4 François Simiand, *Méthode Historique et Sciences Sociales*, reproduzido in *Annales E.S.C.*, 1969, p. 83.

Porém, não é só o discurso historiográfico que está em causa. É também, e por maioria de razão, a função política da História. O estatuto científico procurado pela *nova história* era absolutamente contrário à função patriótica, comemorativa e legitimadora da historiografia tradicional. É toda uma outra leitura da função social da História que se desenha com esse novo paradigma: como dizia A. Bourguière, “o historiador deverá deixar de fornecer os argumentos à nação e aos governantes, de alimentar a sua necessidade de legitimidade retrospectiva; deve procurar, pelo contrário, dar-lhes os meios para melhor compreender e por isso melhor gerir os mecanismos da realidade social”.⁷ Dito de outro modo, a função social da História deverá ser de natureza técnica e não política. Através de um melhor conhecimento dos mecanismos sociais, o seu contributo será o de ajudar a elaborar soluções técnicas e não a legitimar opções políticas.

Em todo esse contexto, a história diplomática ficava à margem do movimento de renovação historiográfica: centrava-se sobre o Estado e a relação entre os Estados, ignorava a economia e as sociedades, centrava-se sobre o acontecimento, ignorava a estrutura e a conjuntura; centrava-se sobre o psicológico e o individual, ignorava a sociedade global e os condicionamentos sociais; centrava-se sobre o tempo curto, ignorava a média e a longa duração; era qualitativa, ignorava o quantitativo; baseava-se sobre a descrição e o recitativo, ignorava a análise e a explicação; e, finalmente, era ideológica e, pior do que isso, não se reconhecia como tal.

⁷ André Bourguière, *Histoire d'une Histoire: la naissance des Annales*, in *Annales E.S.C.*, 1979, p. 1356.

O novo paradigma científico da História era absolutamente incompatível com o paradigma tradicional da história diplomática. A partir daqui, quebra-se a homologia até então existente entre a história em geral e a história diplomática. Eram, doravante, dois paradigmas distintos para não dizer que eram opostos. E, progressivamente, os historiadores vão trocando os diplomatas, as chancelarias e os tratados internacionais pelas curvas de preços, as taxas de natalidade ou os avatares da sexualidade.

Em suma, desertam do campo da história diplomática, abandonada ao domínio *événementielle* e considerada um género menor, a evitar por qualquer historiador digno desse nome. A crise será longa; prolongar-se-á, grosso modo, até a década de 1980, e o processo de evolução, lento e complexo, da história diplomática à história das relações internacionais estender-se-á, com variantes nacionais, entre o final da década de 1950 até seu pleno reconhecimento no campo historiográfico, nos anos 1980.

A contestação do realismo e as novas correntes teóricas nas relações internacionais

Ao mesmo tempo que se renovava o paradigma historiográfico e os historiadores abandonavam a história diplomática por manifesta incompatibilidade com o paradigma científico, a evolução das relações internacionais, em geral, e da teoria das relações internacionais, em particular, vinham precisamente mostrar o contrário, a saber, a possibilidade de uma abordagem científica do fenómeno internacional.

Apesar de algumas das obras fundadoras da moderna teoria das relações internacionais serem obras que se desenvolvem a partir da matriz clássica do realismo, como as de Hanz Morgenthau ou Raymond Aron, será precisamente a partir da contestação ao realismo e da contra-reação neo-realista que se desenvolverá o debate teórico-metodológico e surgirão as novas correntes nas relações internacionais, cujos horizontes abertos terão reflexo na evolução futura que conduz a velha história diplomática à nova história das relações internacionais.

Essa contestação ao realismo parte de duas perspectivas diferentes: uma, de natureza ontológica, outra, de natureza epistemológica.

A primeira radica na própria evolução histórica da cena internacional, sobretudo após 1945, em que, pelo menos, dois dados fundamentais põem em causa os pressupostos da teoria realista: a centralidade e o monopólio do Estado; a autonomia e o primado do político.⁸ Face à proliferação de novos atores internacionais, como organizações internacionais e forças transnacionais e, mais recentemente, os atores infra-estatais, o Estado não só perde o monopólio da representação nas relações internacionais, como relativização da sua soberania absoluta e a emergência de outros poderes desloca a centralidade do Estado. Por outro lado, o progresso tecnológico, o desenvolvimento econômico e a criação de economias-mundo que atravessam as fronteiras com fluxos contínuos, de ordem material e imaterial, impõem a dimensão econômica como com-

ponente essencial das relações internacionais e põem em causa o primado do político.

À contestação ontológica, fundada na evolução histórica, junta-se a contestação epistemológica, fundada nos novos desenvolvimentos teórico-metodológicos das ciências sociais que, progressivamente, se vão aplicando ao campo das relações internacionais.⁹ À concepção normativa, jurídico-institucionalista, centrada no Estado e nas relações entre Estados e à aproximação metodológica monista de natureza empírico-descritiva, que caracterizava a teoria realista e a velha história diplomática, as novas correntes das relações internacionais opõem uma concepção objetiva, holista e sociológica e uma aproximação que desenvolve *passerelles* múltiplas e plurais com métodos e técnicas das ciências sociais.

A partir desse denominador comum que é a contestação ao realismo, e tendo como base teórica fundamental a análise sistêmica de David Easton e Karl Deutch, surgem, no quadro desse pluralismo metodológico, inúmeras teorias setoriais: desde o funcionalismo de David Mitrany¹⁰ à teoria da *interdependência complexa* de Robert Keohane e Joseph Nye,¹¹ passando pela escola mundialista de John Burton.¹² Isso para não falar da herança neomarxista da teoria do imperialismo, que se renova com

8 Veja-se por todos Bahgat Korany, *Analyse des Relations Internationales-Approches, Concepts. Données*, Montréal, 1987.

9 Sobre a crítica epistemológica à teoria realista veja-se Justin Rosenberg, *The Empire of Civil Society – A Critique of the Realist Theory of International Relations*, Londres, 1994.

10 David Mitrany, *A Working Peace System*, Chicago, 1966.

11 Robert Keohane e Joseph Nye, *Power and Interdependence*, Boston, 1977.

12 John W. Burton, *World Society*, Cambridge, 1972.

as teorias da dependência e das economias-mundo.¹³

E, ainda que o neo-realismo dos anos 1980 reaja contra as correntes transnacionalistas, não o fará contra, mas pelo contrário, integrando o *aquis* teórico e metodológico das ciências sociais, fundamentalmente de matriz sistêmica, que tinham aplicado ao campo das relações internacionais. Com efeito, Kenneth Waltz¹⁴ e os seguidores¹⁵ do neo-realismo, na tentativa de construção de uma teoria una das relações internacionais, reagem contra a dispersão teórico-metodológica das escolas transnacionalistas e, nesse sentido, recuperam e reatualizam alguns dos pressupostos do realismo clássico: em primeiro lugar, o primado do político como lugar único capaz de conferir unidade à teoria; em segundo lugar, a centralidade do Estado como ator das relações internacionais. Porém, nem um nem outro dos pressupostos são equacionados segundo as premissas clássicas: o político é pensado em termos de *autonomia relativa*; e, apesar de estatocêntrica, essa perspectiva não nega nem a realidade ontológica da proliferação de novos atores, nem pensa o Estado como agente autônomo e monolítico relacionando-se exclusivamente com outros Estados. Pensa-o em articulação com o contexto político e social ao nível interno e no quadro

13 Veja-se, sobre as economias mundo, Immanuel Wallerstein, *The Politics of World Economy: the States, the Movements and the Civilizations*, Cambridge, 1988; e sobre as teorias da dependência veja-se, por todos, Samir Amin, *Le Développement Inégal*, Paris, 1973 e, sobretudo, *L'Accumulation à l'Échelle Mondiale*, Paris, 2. ed., 1988.

14 Kenneth Waltz, *Theory of International Politics*, Reading, 1979.

15 Veja-se Robert Gilpin, *War and Change in International Politics*, Cambridge, 1981.

das regulações informais da cena internacional contemporânea.

Mais, o retorno ao primado do político e à centralidade do Estado não se faz por um retorno à perspectiva normativa e jurídico-institucional, mas pelo reforço da perspectiva objetiva e sociológica. Não se faz pelo retorno ao fato político isolado, *événementielle*, mas pela sua contextualização estrutural e sistêmica. Não se faz pelo retorno ao empirismo, mas pelo desenvolvimento, nesse campo, dos métodos e técnicas das ciências sociais.¹⁶

A HISTÓRIA DAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Banida do campo historiográfico porque identificada com o *événementielle* e, portanto, incompatível com uma abordagem científica, a história diplomática atravessa um longo período de crise, mais radical na historiografia francesa, devido à hegemonia da escola dos *Annales*, mas muito generalizada e afetando todas as historiografias, incluindo a alemã e as anglo-saxônicas. Curiosamente, será também da historiografia francesa que partirá o movimento de renovação que conduz da velha história diplomática à nova história das relações internacionais. Figura central de todo esse movimento é Pierre Renouvin e a sua escola, em particular Jean-Baptiste Duroselle. No seu lento e complexo percurso, a história das relações internacionais é marcada por três momentos chaves, a que correspondem a

16 Veja-se Robert Keohane, Editor, *Neorealism and its Critics*, Nova York, 1986 e David Baldwin, Editor, *Neorealism and Neoliberalism, the contemporary debate*, Nova York, 1993.

publicação dos seus três marcos fundamentais: a *História das Relações Internacionais*, de Piere Renouvin,¹⁷ em 8 volumes, publicada entre 1953 e 1958; a *Introdução à História das Relações Internacionais*, de Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle,¹⁸ publicada em 1965; e *Tout Empire Périra*, de Jean-Baptiste Duroselle,¹⁹ publicada em 1979, que coroa teoricamente esse movimento com a tentativa de formulação de uma teoria das relações internacionais com base na História.

Iniciado na *Introdução*, de 1953, e plenamente desenvolvido na *Introdução à História das Relações Internacionais*, de 1965, o conceito fundamental em torno do qual se opera a renovação historiográfica, que permite a passagem da história diplomática à história das relações internacionais é o conceito de *forças profundas*. As *forças profundas* são, por assim dizer, as condicionantes estruturais das relações internacionais, e Renouvin e Duroselle esboçam uma tipologia dessas *forças profundas*: fatores geográficos; demográficos; econômicos; psico-sociológicos. E é nesse quadro, e não isoladamente, que pode e deve pensar-se a ação dos homens de Estado e as decisões externas dos Estados. Duroselle procurará, ele próprio, mais tarde, uma abordagem mais profunda do homem de Estado e uma teoria da decisão em política externa. O conceito de forças profundas encerra duas noções fundamentais: em primeiro lugar, a noção de coletivo e global, por oposição ao individual

e ao fato isolado; em segundo lugar, a noção de tempo longo, por oposição ao tempo curto do fato político. Não fora a inclusão dos fatores psicológicos nas forças profundas, e o conceito aproximar-se-ia do conceito marxista de infra-estruturas. Em todo o caso, o caráter global, a longa duração e o próprio modelo desenvolvido em três instâncias – forças profundas; homem de Estado; acontecimento, explicado a partir da relação entre as duas primeiras instâncias – aproximam Renouvin do modelo braudeliano.

E é por esse processo que a história das relações internacionais se liberta progressivamente do paradigma da velha história diplomática e alinha o seu paradigma pelo da renovação historiográfica, que vai dos *Annales* à Nova História.

Desfaz-se, então, o equívoco entre o *événementielle* e o político-diplomático, e confere-se ao estudo histórico das relações internacionais a possibilidade de uma abordagem científica.

Outros campos historiográficos tinham já percorrido o mesmo trajeto. Por que não a história das relações internacionais? Como dizia Raymond Aron, “nunca houve razão lógica ou epistemológica para afirmar que o conhecimento histórico dos fenômenos econômico-sociais apresenta um caráter mais científico que o dos regimes políticos, das revoluções ou das guerras”.²⁰ A diferença residia, eventualmente, no fato de, no momento de arranque da renovação historiográfica, existir já uma ciência econômica e não existir ainda uma ciência política ou das relações internacionais. Mas esse era um problema superado desde o segundo pós-

17 Pierre Renouvin, *Histoire de Relations Internationales*, nova edição em 3 volumes, Paris, 1994.

18 Pierre Renouvin e Jean-Baptiste Duroselle, *Introduction à l'Histoire des Relations Internationales*, nova edição, Paris, 1991.

19 Jean-Baptiste Duroselle, *Tout Empire Périra*, nova edição, Paris, 1992.

20 Raymond Aron, *Comment l'historien écrit l'épistémologie*, in *Annales E.S.C.*, 1971, p. 1350.

guerra. A teoria das relações internacionais tinha já mostrado que era possível uma outra aproximação do fenômeno internacional.

De fato, a conjunção desses fatores, a renovação historiográfica aberta pelos *Annales* e o desenvolvimento das teorias das relações internacionais e o cruzamento desses dois campos científicos, vieram possibilitar a afirmação, o desenvolvimento e a diversificação das correntes na história das relações internacionais iniciada pela escola de Renouvin e Duroselle e, hoje, desenvolvidas e afirmadas em várias historiografias nacionais.

Desse percurso breve, quais as constantes e linhas de força que poderão traçar-se como características da história das relações internacionais?

Em termos globais, poderiam sintetizar-se numa idéia: o alinhamento da história das relações internacionais pelo novo paradigma historiográfico e a constituição do seu campo teórico no cruzamento entre a história e a teoria das relações internacionais.

Mas explicita-se.

Em primeiro lugar, o alargamento do campo de análise: do campo restrito das relações diplomáticas, ou seja, das relações políticas bilaterais entre Estados, a todos os níveis e atores da cena internacional: infra-estatal, nacional, internacional e transnacional.

Em segundo lugar, a renovação dos pressupostos teóricos em relação com as teorias das relações internacionais: não a perspectiva normativa, jurídico-institucional, mas a perspectiva objetiva e sociológica. Pensando o primado do político numa perspectiva de autonomia relativa e a centralidade Estado no seu contexto social e, sobretudo, pensando-o não como fato isolado,

mas na sua articulação estrutural e sistêmica, tanto interna como no meio internacional.

Em terceiro lugar, o alargamento da noção de documento: não só os documentos de chancelaria mas toda uma pluralidade de documentos que decorre do alargamento do objeto – cartografia, estatística, testemunhos escritos ou orais, imprensa, rádio, audiovisual etc.

Em quarto lugar, utilização, no campo histórico, dos métodos e técnicas das ciências sociais: superando, definitivamente, o monismo metodológico empírico descritivo e adotando um pluralismo metodológico que vem das *passerelles* múltiplas estabelecidas com os diferentes domínios de especialização setorial. A história das relações internacionais troca, assim e em definitivo, o recitativo *événementielle* pela compreensão e pela explicação, à procura de um conhecimento tão rigoroso e objetivo quanto é possível no campo das ciências sociais.

Em quinto lugar, o abandono da função tradicional, patriótica e comemorativa. À história das relações internacionais não cabe mais uma função de legitimação política, mas sim, uma função de natureza científica. Independentemente e para além da produção de conhecimento fundamental, seu objetivo primeiro, a história das relações internacionais poderá, também, desenvolver um conhecimento aplicado. Num sentido técnico-profissional poderá apoiar a formação de quadros especializados na área internacional, políticos, diplomáticos, militares ou empresariais. Num sentido mais lato, constitui-se como o grande e único laboratório possível para o teste de modelos de análise e construção de cenários de apoio à decisão em política externa.

